

**HABEAS CORPUS Nº 494.035 - GO (2019/0046466-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : GUILHERME MARTINS DA SILVA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : MARIO THIAGO GOMES DE SA PADILHA - DF022362  
ANDRÉ RORIZ BUENO - DF028188  
GUILHERME MARTINS DA SILVA - GO050855  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : JOSE FRANCO PIMENTEL (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de JOSE FRANCO PIMENTEL, contra o indeferimento de idêntica medida na origem.

Sustenta o impetrante que não há fundamentação concreta e idônea na decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

Aduz, para tanto, que *"Como se observa, as decisões que cassaram a liberdade do Paciente são destituídas de fundamentação, não passando de mera suposição sem qualquer embasamento minimamente concreto"* (fl. 9).

Postula, ao final, a superação do enunciado 691 da Súmula do c. STF para que seja revogada a prisão decretada em desfavor do paciente.

É o relatório.

**Decido.**

Os autos não versam sobre hipótese que admite a pretendida valoração antecipada da matéria, pois, pela análise da **questio** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar supressão de instância.

A matéria, inclusive, já se encontra sumulada: *"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior,*

*indefere a liminar" (Súmula nº 691/STF).*

Na hipótese, o **writ** impetrado na origem teve o pedido liminar indeferido sob os seguintes fundamentos, **verbis**:

*"[...]*

*Desprovida de previsão legal específica (artigos 647 a 667 do Código de Processual Penal), a liminar em sede de Habeas Corpus, admitida pela doutrina e jurisprudência pátrias, reclama, por certo, a demonstração inequívoca dos requisitos cumulativos de medidas cautelares, quais sejam, o periculum in mora, ou perigo da demora, quando há probabilidade de dano irreparável e o fumus boni iuris, ou fumaça do bom direito quando os elementos da impetração indiquem a existência da ilegalidade.*

*Exige-se, assim, a comprovação, de plano, de nulidade do ato hostilizado ou de indiscutível abuso de poder da autoridade judiciária impetrada.*

*No caso em apreço, nos limites da cognição in limine, a análise perfunctória das razões expostas pelos impetrantes, em confronto com a documentação juntada aos autos, não permite a conclusão da presença do fumus boni iuris, porquanto não há indícios suficientes do pretendido quadro de configuração da ilegalidade e constrangimento de que estaria sendo vítima o paciente, não restando demonstrada de plano, a coação ilegal propagada, capaz de ensejar o deferimento da medida de urgência.*

*Demais disso, pela natureza da questão abordada na presente ação mandamental, temerária a concessão liminar da ordem, em face da unilateralidade da prova produzida, sendo certo que, para o deferimento da medida, a boa prudência recomenda que os requisitos sejam valorados, também, com base nas informações que a autoridade indigitada coatora vier a prestar.*

*Nessa ordem de idéias, considerando prudente reservar ao Colegiado o pronunciamento definitivo em momento oportuno, qual seja, após verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos, INDEFIRO a postulação na forma pretendida" (fls. 39-40).*

**Na hipótese**, portanto, não verifico a ocorrência de **flagrante ilegalidade** capaz de ensejar o afastamento do óbice contido no enunciado sumular referido.

Assim o entendimento do Pretório Excelso: **HC** nº 103570, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Rel. p/ acórdão Min. **Rosa Weber**, DJe de 22/8/2014; **HC** nº 121828, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 25/6/2014; **HC** nº 123549 **AgR**, **Segunda Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min.

**Cármem Lúcia**, DJe de 4/9/2014.

No âmbito desta Corte Superior, cito as seguintes decisões monocráticas: **HC** nº 392.348/RO, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**; **HC** nº 392.249/PR, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**; **HC** nº 392.316/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**; **HC** nº 391.936/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**; **HC** nº 392.187/SP, **Sexta Turma**, Rel.<sup>a</sup> Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, e art. 210, ambos do RISTJ, **indefiro liminarmente** o processamento do presente **writ**.

P. e I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer  
Relator